

JORGE DUARTE PINHEIRO
DANIEL MORAIS

O DIREITO DAS SUCESSÕES CONTEMPORÂNEO

6.^A EDIÇÃO



AB VNO AD OMNES

Coimbra Editora

ÍNDICE

Nota prévia	7
Siglas e abreviaturas.....	9

INTRODUÇÃO

1. Uma primeira aproximação ao Direito das Sucessões.....	11
1.1. Dados legais e preliminares clássicos.....	11
1.2. Noção e objecto do Direito das Sucessões	14
1.3. O âmbito da sucessão	18
1.4. Espécies de sucessão e espécies de sucessores.....	24
2. A “crise” do Direito das Sucessões	26
3. O Direito das Sucessões no universo das liberalidades e dos efeitos por morte	30
4. Conexões entre o Direito da Família e o Direito das Sucessões	32
5. A identidade do Direito das Sucessões	34
5.1. A autonomia do Direito das Sucessões perante o Direito da Família	34
5.2. Características várias do Direito das Sucessões.....	35
5.3. A individualidade da situação jurídica paradigmática do Direito das Sucessões.....	37
6. Plano, fontes e bibliografia do Direito das Sucessões	37
6.1. Plano	37
6.2. Fontes; a internacionalização do Direito das Sucessões.....	38
6.3. Bibliografia	40

PARTE I A ESTÁTICA SUCESSÓRIA

Capítulo I	
Noção de designação sucessória	45
7. Conceito de designação sucessória	45

8. Modalidades de designação sucessória.....	46
Capítulo II	
A designação sucessória em razão do objecto	47
Secção I — A designação como herdeiro ou como legatário	47
9. O critério legal de distinção entre herdeiro e legatário	47
Secção II — Os estatutos de herdeiro e legatário	51
10. Os estatutos-tipo de herdeiro e legatário	51
Capítulo III	
A designação sucessória em razão da fonte	57
Secção I — Noções gerais	57
11. Factos designativos	57
12. As modalidades de sucessão, na perspectiva do facto designativo que está na sua origem.....	58
13. Hierarquia das modalidades de sucessão, segundo o critério do facto designativo.....	60
Secção II — A sucessão legítima	62
14. Noção e espécies de sucessão legítima.....	62
15. Categorias e classes de sucessíveis legítimos (comuns).....	66
16. Regras gerais da sucessão legítima	70
17. Regime da sucessão legítima por classes de sucessíveis.....	73
18. A situação jurídica dos sucessíveis legítimos, em vida do de cuius.....	81
19. Sucessão legítima anómala	82
20. Apreciação crítica do regime da sucessão legítima	86
Secção III — A sucessão testamentária.....	88
Subsecção I — Noção e caracteres do testamento	88
21. Noção de testamento	88
22. Caracteres do testamento	89
Subsecção II — Requisitos de fundo do testamento	94
23. Licitude do objecto e do fim	94
24. Capacidade	95
25. Capacidade (cont.): as substituições pupilar e quase-pupilar	96
26. Legitimidade para dispor em benefício de certas pessoas; as chamadas indisponibilidades relativas	98
27. Consentimento	104
28. Falta de vontade negocial.....	105

29. Divergências entre a vontade e a declaração	106
30. Vícios na formação da vontade	109
Subsecção III — Requisitos de forma do testamento	111
31. Generalidades.....	111
32. Formas comuns do testamento.....	112
33. Formas especiais do testamento	116
34. Âmbito da forma legal: o testamento per relationem.....	118
Subsecção IV — Interpretação e integração do testamento	120
35. Interpretação do testamento.....	120
36. Integração das lacunas do testamento.....	125
Subsecção V — Conteúdo do testamento	127
37. Conteúdo pessoal e conteúdo patrimonial.....	127
38. Legados	131
39. Disposições condicionais, a termo e modais	134
40. Instituição de fundações.....	138
Subsecção VI — Ineficácia lato sensu do testamento	139
41. Enunciado	139
42. Inexistência e invalidade do testamento.....	139
43. Revogação do testamento	143
44. Caducidade do testamento	146
Subsecção VII — A situação jurídica dos sucessíveis testamentários, em vida do <i>de cuius</i>	148
45. A situação jurídica dos sucessíveis testamentários, em vida do <i>de cuius</i>	148
Secção IV — A sucessão contratual	149
46. Modalidades de pactos sucessórios	149
47. O pacto sucessório renunciativo entre nubentes.....	152
48. Pactos sucessórios designativos	155
49. Regime dos pactos designativos válidos, segundo o critério do beneficiário.....	158
50. Regime dos pactos designativos válidos, segundo o critério do objecto	161
51. Sucessão contratual anómala?	163
Secção V — A sucessão legítima	174
52. Aspectos gerais	174
53. Legítima e legitimários	176
54. Cálculo da legítima.....	178

55. Imputação de liberalidades (negociais)	182
56. Intangibilidade da legítima.....	183
57. A tutela dos sucessíveis legitimários em vida do de cuius	186
58. Sucessão legitimária anómala.....	191
59. Apreciação crítica do regime da sucessão legitimária	197
 Secção VI — A necessidade de uma leitura activa do Direito das Sucessões	200
60. Os casos práticos da estática sucessória.....	200
 PARTE II A DINÂMICA SUCESSÓRIA	
61. Preliminares: o fenómeno sucessório	207
 Título I Da abertura da sucessão e da vocação.....	209
 Capítulo I — Da abertura da sucessão	209
62. Momento e lugar da abertura da sucessão.....	209
63. A morte enquanto pressuposto da sucessão	210
 Capítulo II — A vocação sucessória	211
 Secção I — Noção e pressupostos da vocação sucessória	211
64. Noção de vocação sucessória	211
65. Pressupostos gerais da vocação sucessória	212
66. A capacidade sucessória	219
67. Indignidade	220
68. Deserdação	227
 Secção II — Modalidades de vocação	230
69. Enunciado	230
70. Vocação originária (imediata) e subsequente	231
71. Vocação pura e vocação condicional, a termo ou modal.....	232
72. Vocação única (una) e múltipla	233
73. O princípio da indivisibilidade da vocação.....	233
74. Vocação directa e indirecta	236
75. Vocação imediata (adquirida originariamente) e derivada (adquirida por transmissão).....	239
76. Vocação comum e anómala	240
 Secção III — Vocações anómalas em especial	240
 Subsecção I — A transmissão do direito de suceder	240
77. Noção e pressupostos da transmissão do direito de suceder.....	240
78. O problema da capacidade do transmissário	242

79. Efeitos da transmissão do direito de suceder.....	242
80. A natureza da vocação do transmissário	243
Subsecção II — As vocações indirectas	244
81. A substituição directa	244
82. O direito de representação	250
83. O direito de acrescer.....	258
84. Hierarquia das vocações indirectas	267
Subsecção III — A substituição fideicomissária	269
85. Noção	269
86. Âmbito da substituição fideicomissária.....	271
87. Modalidades de substituição fideicomissária.....	272
88. O estatuto do fiduciário	275
89. O estatuto do fideicomissário.....	276
90. A substituição fideicomissária e outras vocações anómalas	277
Título II	
A vocação legitimária	279
91. Preliminares	279
Capítulo ICálculo da quota indisponível	279
92. A interpretação do art. 2162.º.....	279
93. A legítima objectiva e o número de sucessíveis legitimários prioritários	283
Capítulo II — As liberalidades em favor de sucessíveis legitimários	284
94. Aspectos gerais	284
Secção I — As liberalidades inter vivos	286
95. Ordem.....	286
Subsecção I — As doações inter vivos sujeitas a colação	287
96. Noção de colação	287
97. Âmbito subjectivo da colação	288
98. Âmbito objectivo da colação	290
99. Funcionamento da colação	292
100. Dispensa da colação	298
101. Doações sujeitas a colação feitas a legitimário que não quis ou não pôde aceitar a sucessão	301
102. Doações sujeitas a colação não imputadas na quota hereditária	302
Subsecção II — As doações <i>inter vivos</i> não sujeitas a colação	302
103. Doações não sujeitas a colação em favor de terceiros	302
104. Doações não sujeitas a colação em favor de sucessíveis legitimários prioritários.....	303

Subsecção III — A partilha em vida	310
105. Noção e natureza da partilha em vida	310
106. Regime da partilha em vida	311
Secção II — As liberalidades mortis causa de bens determinados	313
107. Tipos de liberalidades mortis causa de bens determinados	313
Subsecção I — O pré-legado	316
108. O pré-legado em favor de sucessível legitimário prioritário.....	316
Subsecção II — O legado por conta da legítima	317
109. Noção, regime e natureza do legado por conta da legítima.....	317
110. Imputação e igualação no legado por conta da legítima	319
111. As vocações indirectas no legado por conta da legítima.....	321
Subsecção III — O legado em substituição da legítima	323
112. Noção de legado em substituição da legítima	323
113. Regime e natureza do legado em substituição da legítima.....	325
114. A posição de Pamplona Corte-Real sobre o legado em substituição da legítima	329
Secção III — As deixas a título de herança	333
115. Imputação das deixas a título de herança	333
Secção IV — Considerações finais sobre a imputação de liberalidades	334
116. O contributo fundamental de Pamplona Corte-Real.....	334
117. A imputação subsidiária.....	335
118. A imputação e as vocações indirectas	337
119. A imputação ex se.....	338
Capítulo III — A tutela quantitativa da legítima.....	339
120. A tutela quantitativa da legítima em geral	339
121. A redução das liberalidades.....	340
Capítulo IV — A tutela qualitativa da legítima	345
122. A tutela qualitativa da legítima em geral	345
123. A cautela sociniana.....	347
124. O princípio da intangibilidade qualitativa da legítima	348
Capítulo V —A natureza do direito à legítima (na sucessão comum).....	349
125. A natureza da legítima subjectiva.....	349

Título III	
da pendência da sucessão à partilha	353
Capítulo I — A pendência da sucessão	353
126. A fase da pendência da sucessão ou herança jacente	353
127. Administração da herança jacente	356
128. A notificação do sucessível para declarar se aceita ou repudia.....	358
Capítulo II — A aquisição sucessória	360
129. A fase da aquisição sucessória	360
130. Aceitação e repúdio	362
131. Aceitação pura e simples; aceitação a benefício de inventário	367
132. Sub-rogação dos credores do repudiante.....	368
Capítulo III — O regime da herança adquirida.....	370
Secção I — Aspectos gerais	370
133. A herança adquirida	370
134. A prova da qualidade de sucessor	371
Secção II — Meios de tutela do sucessor	375
135. Enquadramento.....	375
136. A petição da herança.....	376
137. O cumprimento do legado; a reivindicação da coisa legada.....	378
Capítulo IV — A administração da herança	380
138. A administração da herança adquirida	380
139. O cabeça-de-casal	381
140. O testamenteiro	386
141. Os herdeiros enquanto administradores	389
142. A sonegação de bens da herança	390
Capítulo V — A alienação de herança.....	390
143. Noção.....	390
144. Forma.....	392
145. Objecto.....	392
Capítulo VI — A liquidação e a partilha da herança.....	394
Secção I — A liquidação da herança	394
146. Noção de liquidação da herança	394
147. Os encargos da herança	395
148. A responsabilidade dos bens pelos encargos da herança.....	399

149. A responsabilidade dos sujeitos pelos encargos da herança	400
150. A natureza da herança, à luz do regime dos encargos	402
151. Os modos de liquidação dos encargos da herança	402
152. Relevância da autonomia da vontade em matéria de liquidação da herança	405
Secção II — A partilha da herança	406
153. Noção de partilha da herança	406
154. O direito de exigir partilha; os poderes particionais do de cuius.....	407
155. Modalidades de partilha.....	408
156. Operações da partilha	413
157. Efeitos da partilha.....	418
158. Impugnação da partilha	418
159. Natureza da partilha	420
160. Cumulação da partilha da herança com a partilha dos bens comuns do casal.....	421
 REFLEXÃO FINAL	
161. A identidade do Direito das Sucessões português.....	429
162. A rigidez da sucessão legal hereditária.....	432
163. Os legados legais e os alimentos de fonte legal que oneram a herança	433
164. Os condicionalismos da sucessão voluntária.....	435
165. O automatismo do regime da vocação	437
166. A ausência de uma Teoria Geral das Liberalidades	438
167. Um ramo de direito patrimonial que não cuida dos bens	439
168. Por um direito que cuide das pessoas.....	441
Bibliografia.....	443
Índices	455
Índice de Assuntos.....	457
Índice	479



AB VNO AD OMNES

Coimbra Editora

www.coimbraeditora.pt

GRUPO **GESTLEGAL**